

ATA DA 283ª REUNIÃO DO CMDI (ORDINÁRIA/ONLINE) – 11 DE MARÇO DE 2021

Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às nove horas e sete minutos, de forma online por meio do aplicativo/site Google Meet (Link da reunião <https://meet.google.com/fza-ruch-deu>, disponibilizado no site do CMDI, enviado no grupo de WhatsApp do CMDI e por e-mail aos conselheiros), iniciou-se a ducentésima octogésima terceira reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Londrina (CMDI), convocada por meio do Ofício nº 008/2021-CMDI, sob a coordenação do presidente do CMDI, Dácio Villar, com a **presença dos conselheiros e conselheiras**: Ângela Fidalma Góis, Carlos Roberto de Oliveira, Ana Carolina de Paula Athayde, Israel Florisvaldo Bortolin, Dilecia Cardoso de Lima, Geocélia Alves Ribeiro, Ana Karina Anduchuka Barbosa, Genilda Pozzetti Stabile, Rosângela Portella Teruel, Lígia Maria Bento Silva, Denise Galhardi Motter, Ângela Ramalho Sanches, Dácio Villar, Ediane de Paula Machado, Lúcio Antônio Brandão, Mara Solange Gomes Dellaroza. **Justificaram a ausência ou não conseguiram conectar**: Vivian Fernanda Duarte, Jeane Tramontini Zanluchi. **Outros participantes**: Fernanda Serenário (Secretaria Municipal do Idoso – SMI), Jaqueline Campos (Casa Dia), Luciana Ferreira Alvarez (Assessora da SMI), Marisa Tamarozzi (Casa Dia), Karen Ikeda (SMI) e Kleber F. Maricato (LBV). O Presidente, Sr. Dácio, iniciou a reunião dando boas-vindas a todos. **1º assunto da pauta – Ata 282 (ordinária 11/02/2021)**: A ata foi enviada por e-mail aos conselheiros antes da data da reunião, não houve comentários e foi aprovada. **2º assunto da pauta – Editorial do CMDI (5 min)**: Sr. Dácio começa a falar da pandemia. Diz que fizeram uma reunião da Comissão de Efetivação e que foi acordado enviar um ofício ao Secretário Municipal de Saúde buscando agendar uma reunião virtual para falar sobre a vacinação contra a Covid-19 em pessoas idosas. Acredita que as informações estão chegando à população de forma muito desconhecida. Fernanda fala que o SEI já foi pelo menos recebido/aberto pela Saúde e Conselho da Saúde. Denise diz que pediu para a Dra. Valéria, Diretora de Atenção Primária à Saúde, fazer um informe no CMDI. Informa que as UBS estão disponíveis para tirar dúvidas sobre a vacinação e o cadastro. Relata que estão fazendo uma busca ativa para chegar a todos os idosos. Sr. Dácio acredita a forma do cadastro da vacinação estaria angustiando alguns idosos, pois não recebem nenhuma confirmação, tendo que consultar constantemente o site da Prefeitura para ver se sua agenda foi aberta ou não. **3º assunto da pauta - Correspondências expedidas e recebidas: EXPEDIDAS: Ofício 003/2021 – CMDI, Para: Ministério Público – Promotoria do Idoso, Assunto: Em atenção aos Ofícios 157/2021 e 214/2021, referentes às Notícias de Fato nºs 0078.21.000518-3 e 0078.21.000518-3, informa que o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso efetuou, conforme solicitado, visita para inspeção na residência do [REDACTED]. Ofício 004/2021 – CMDI, Para: Ministério Público – Promotoria do Idoso, Assunto: Resposta ao Ofício 145/2021. Informa que a instituição Casa de Repouso [REDACTED] entregou documentos referente à solicitação de registro, sendo informado que o CMDI não estava realizando visitas in loco em razão da pandemia e proibição do Decreto Municipal 548/2020. Informa que a Secretaria do Idoso tem médica realizando acompanhamento dos casos de Covid-19 nas ILPI'S da cidade e que a Comissão de Fiscalização Virtual irá realizar visita virtual à entidade em 24/02/2021. Ofício 005/2021 – CMDI, Para: Ministério Público – Promotoria do Idoso, Assunto: Em atenção ao Ofício 174/2021, referente à Notícia de Fato nº 0078.21.000520-9, informamos que a Instituição [REDACTED] entregou documentos referente à solicitação de registro. A instituição foi informada de que devido à pandemia o processo só teria andamento com a liberação de visitas nas ILPI'S, pois estão suspensas em razão do Decreto 548/2020. Ofício 006/2021 – CMDI, Para: Ministério Público – Promotoria do Idoso, Assunto: Em atenção ao Ofício 125/2021, referente à Notícia de fato nº MPPR-0078.21.000219-8, informa que o Sr. Dácio Villar, Presidente deste Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Londrina, está em contato com o [REDACTED], um dos responsáveis pela instituição [REDACTED], aguardando o cumprimento do contrato de três meses com gratuidade na internação da [REDACTED]. Depois desse período, que se encerra em 10/03/2021, caso a situação do responsável não esteja resolvida, voltaremos a interpelar as partes para as providências que se fizerem necessárias. Ofício 007/2021 – CMDI, Para: Ao Secretário Municipal de Saúde - Sr. Carlos Felipe Marcondes Machado, C/C: Secretaria Municipal do Idoso, Promotoria do Idoso e Conselho Municipal de Saúde, Assunto: Solicita reunião com o Secretário de Saúde para tratar de questões referentes à vacinação da pessoa idosa na cidade de Londrina. Ofício 008/2021 – CMDI, Para: Conselheiros (as) do CMDI, Assunto: Convoca reunião ordinária e online de 11/03/2021 e pauta. RECEBIDAS: Ofício 174/2021, De: Promotoria do Idoso, Assunto: Solicita informações sobre a instituição [REDACTED]. Ofício 008/2021, De: [REDACTED], Assunto: Responde denúncia enviada pela Ouvidoria do Município. Informa compra de EPI'S, número de funcionários, responsável técnico, protocolos em caso de suspeita ou confirmação de Covid-19 e protocolos seguidos para evitar a contaminação. Ofício 214/2021, De:**

57 Promotoria do Idoso, **Assunto:** Denúncia enviada ao MP sobre abrigamento irregular de idosos na
58 residência do [REDACTED] e possível realização de festa no final de semana, com a presença
59 de [REDACTED]. Foi feita visita emergencial pelo Presidente, Sr. Dácio. **Ofício**
60 **200/2021, De:** Promotoria do Idoso, **Assunto:** Solicita informações sobre a instituição [REDACTED]. A
61 lista de correspondências foi enviada por e-mail aos conselheiros, não houve dúvidas ou comentários. **4º**
62 **assunto da pauta - Banco de Projetos: capacitação, reformulação e lançamento de novo edital:** Sr.
63 Dácio fala de realizar uma capacitação para a confecção de projetos. Diz que já tem um esboço sobre este
64 curso e que precisamos expandir o leque de projetos. Acha importante que todas as áreas participem, como
65 cultura, esporte, educação, etc. Solicita ajuda dos conselheiros para terminar a elaboração do curso que irá
66 ajudar as instituições a apresentar melhor suas demandas e acha que isto pode estimular a apresentação de
67 novos projetos. Sr. Dácio pede que a Comissão de Efetivação tome conta deste trabalho. Pede que a Silvia
68 e Ana Karina sejam o apoio também. Ana Karina se prontifica a ajudar. A Comissão de Efetivação está se
69 reunindo todas às quartas-feiras. Pede que seja na segunda quarta-feira depois da reunião ordinária. Diz que
70 a Comissão de Fundo também precisa se reunir. **5º assunto da pauta –Plano Municipal de Políticas para**
71 **Pessoas Idosa:** Fernanda informa que a Comissão do primeiro plano elaborado era composta por Luciana,
72 Lúcio, Dácio, Carlos e Ana Karina. Luciana pede para sair da comissão, pois está sobrecarregada com os
73 serviços da assessoria. Ana Karina sugere que comecemos os trabalhos em abril e se coloca à disposição
74 para colaborar. Sr. Dácio pede que Luciana participe pelo menos da primeira reunião. Vão fazer um
75 calendário/cronograma de todas as reuniões das comissões e enviar no WhatsApp do CMDI. Ediane se
76 propõe a ajudar na atualização do Plano Municipal. O prazo para a publicação é outubro de 2021. Fica
77 acordado que na reunião de abril o assunto volta à pauta para que seja dado início o trabalho. **6º assunto**
78 **da pauta - Representante do CMDI na elaboração do novo edital de chamamento público**
79 **(R\$1.250.000,00) - fonte 900 (Comissão do Fundo):** Sr. Dácio se coloca à disposição para ajudar na
80 elaboração, pois não tem nenhum representante da sociedade civil. Luciana explica que as pessoas que hoje
81 estão trabalhando no edital irão informar o andamento à Comissão de Fundo. **7º assunto da pauta -**
82 **Comissões - relatos e providências (se houver): a) Comissão Provisória de Fiscalização Virtual de Casas**
83 **de Repouso:** Sr. Dácio começa o relato das visitas realizadas. Fizeram a fiscalização virtual da Casa de
84 Repouso [REDACTED] e da Casa de Repouso [REDACTED]. A fiscalização da [REDACTED] foi feita a
85 pedido da Promotoria do Idoso, pois havia dúvida se estariam cumprindo os protocolos de isolamento de
86 idosos. Foram atendidos pelo proprietário, [REDACTED]. Lembrou que em outra ocasião o Sr. [REDACTED]
87 [REDACTED] se ofereceu a dar uma capacitação às entidades sobre socorro de pessoas idosas em situações de
88 acidente, [REDACTED]. Foi relatado que a entidade tem um andar superior, com 3 quartos,
89 que foi usada somente para casos de isolamento. Tiveram 3 casos de Covid, sendo 2 com idosos. Contou
90 dos procedimentos adotados durante a pandemia pela entidade. Outra visita realizada foi na [REDACTED].
91 A entidade está se registrando no CMDI e tem um problema com uma pessoa idosa em situação de
92 abandono familiar. [REDACTED], entrou na entidade com aparente normalidade, mas vem
93 apresentando dificuldades de relacionamento, agressividade. A idosa residia na [REDACTED]
94 [REDACTED]. Porém, quando a [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED]
95 [REDACTED], acordou com a [REDACTED] de enviar alguns idosos com a condição de aceitar, de forma gratuita,
96 esta idosa em situação de vulnerabilidade. A gratuidade era de 3 meses. A [REDACTED] tem uma filha e uma
97 cuidadora. A procuração da cuidadora não é válida. A filha se recusa a assumir qualquer responsabilidade
98 sobre a mãe. [REDACTED] também não respondeu mais a instituição. O contrato gratuito venceu ontem, dia
99 10/03/21. A casa não tem interesse em manter a idosa, nem em renovar o contrato. Obviamente a entidade
100 cuidará da idosa até resolver a situação com a filha. Inclusive, todo o relato já foi enviado ao MP e, após a
101 reunião, será enviado novo relatório, pois a partir do vencimento do contrato, configura-se o crime de
102 abandono. [REDACTED] já foram notificados, com antecedência de um mês, do término
103 do contrato, mas ninguém tomou nenhuma atitude. Sr. Dácio informa que esta Comissão de Fiscalização
104 agora tem um representante da Promotoria, a Mariam, assessora jurídica do Dr. Miguel. Mariam inclusive
105 esclareceu qual o papel da Promotoria em casos como este. Por exemplo: questões patrimoniais não são
106 resolvidas pelo MP. O dono da entidade precisa constituir um advogado para resolver a contenda. O papel
107 do MP é com relação aos direitos da pessoa idosa, como apurar possíveis crimes de abandono e de retenção
108 do cartão da aposentadoria, sem repasse dos valores à idosa. O papel do CMDI é zelar também pela idosa,
109 perante o Estatuto do Idoso. O proprietário da entidade se comprometeu a manter a idosa até a resolução
110 da situação. Informa que [REDACTED] teria recebido uma casa de propriedade da idosa com o compromisso
111 de cuidar dela até o final da vida. A filha que teria feito este compromisso de compra e venda. O documento
112 não seria válido, pois não foi assinado pela idosa, mas ainda não se sabe se a casa foi ou não vendida. Lúcio

113 questiona se o Promotor não poderia chamar a filha para assumir suas responsabilidades. Dácio explica que
114 já chamaram, mas a filha não está na cidade, não está sendo encontrada. **b) Comissão para a Efetivação dos**
115 **Direitos da Pessoa Idosa:** Lúcio explica que discutiram sobre o ofício para a Saúde e também sobre a
116 questão dos acompanhantes em hospitais. Foi falado de duas situações. Uma é quando o idoso não é
117 atendido em nenhum momento pela família. Outro é quando a família quer ficar de acompanhante do
118 idosos, mas tem que trabalhar, não podendo ficar o tempo todo como os hospitais querem obrigar. Sr. Dácio
119 contou que quando sua irmã estava internada foi tentar sair para trabalhar e o hospital não queria deixa-lo
120 sair. Acabaram passando alguns panfletos de empresas de cuidadores, mas o menor preço era de 3 mil reais
121 por mês, ou seja, um valor irreal para a grande maioria das pessoas. Sr. Dácio, com relação à idosa do [REDACTED]
122 [REDACTED], pergunta se seria possível um atendimento psicológico. Carlos diz que este serviço não existe no
123 município, talvez em universidades poderia haver. Mara sugere que a idosa fique onde está, até a volta da
124 Casa Dia. Se ela não é interditada, a autonomia dela precisa ser respeitada. Com relação a atendimento
125 psicológico, a UEL tem uma clínica e pode verificar como está o trabalho neste momento. Cita também a
126 Unifil e a PUC. Se propõe a descobrir quais serviços estão disponíveis em Londrina. Sobre os hospitais,
127 Mara reforça que não é um dever da família, é um direito. Os hospitais não podem obrigar a pessoa a ficar
128 nos hospitais. Sugere chamar o Conselho Municipal de Saúde e também o Coren. É preciso ter firmeza com
129 relação a este tema, pois a responsabilidade pela segurança dos pacientes é dos hospitais, que admitiram os
130 idosos internados. A guarda e segurança são de responsabilidade da instituição em que o idoso está
131 internado. Sr. Dácio retoma a questão da idosa do [REDACTED]. Diz que qualquer atendimento terá que ser
132 virtual. A entidade chamou um psiquiatra e foi diagnosticada somente depressão. Acha que podemos ajudar
133 a arrumar uma vaga em outra instituição, pois ela não quer ficar onde está. Mas temos que esperar os
134 trâmites do MP e do Judiciário. Denise pediu que enviemos os dados da idosa para que se verifique seus
135 prontuários na Secretaria de Saúde. Reforça que, sobre os hospitais, seja chamado um representante dos
136 usuários do Conselho de Saúde. Diz que tem uma conselheira, Argéria, que representa o segmento
137 trabalhadores da saúde e ela é Assistente Social. Diz que o Assistente Social é quem lida diretamente com
138 estes casos. Denise ficou de passar os contatos destes conselheiros. **c) Comissão de Acompanhamento de**
139 **Projetos, do FMDI e do FNI:** Luciana conta que a Comissão fez uma reunião e trataram dos recursos da
140 emenda parlamentar do deputado Boca Aberta. Tiveram esclarecimentos da Secretaria Municipal de
141 Planejamento, Orçamento e Tecnologia que orientou ser preciso realizar um chamamento público para o
142 uso destes 200 mil reais. Será um edital para ILPI'S. Também falaram do edital de 1.250.000,00 e a partir
143 de agora Sr. Dácio entrará na Comissão responsável exclusivamente pela elaboração deste certame. **d)**
144 **Comissão de Verificação e Acompanhamento de Denúncias:** relatou-se que a Comissão de Fiscalização
145 Virtual tem atendido algumas denúncias recebidas. **e) Comissão de Registro e Acompanhamento de**
146 **Instituições:** Denise informa que ela, Ângela e Diléia, se reuniram dia 04/03 e olharam toda a
147 documentação de casas que pediram registro neste ano de pandemia. Ângela começou a falar da Casa de
148 Repouso [REDACTED]. Que o plano de trabalho está incompleto, que não tem informações importantes,
149 como equipe de trabalho. Denise informou que fizeram contato com a Vigilância Sanitária, que informou
150 ter visitado as entidades [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED]. Disseram que com relação à RDC 283
151 da Anvisa as entidades estão aptas. Porém, com relação a documentação enviada ao CMDI, está incompleto.
152 A proposta da Comissão é solicitar tudo que está faltando e assim que eles entregarem realizar uma visita
153 virtual. O principal problema foi com relação ao plano de trabalho, que não deu condições da Comissão
154 avaliar o efetivo trabalho das entidades. Sr. Dácio sugere pedir os relatórios das visitas da Vigilância, depois
155 fazer uma visita virtual e, se tudo estiver conforme, dar um registro provisório. Denise informou que as 3
156 entidades têm fila de espera para atender pessoas menores de 60 anos e dependentes. Denise fala também
157 sobre a entidade [REDACTED]. Informa que eles estão pedindo registro como ILPI. Durante a pandemia
158 este local acabou abrigando pessoas em situação de rua. Foi uma determinação do Ministério Público
159 (substituindo a expressão federal). A SMI fez um termo de cooperação com a entidade. São 30 metas do
160 sexo masculino, idosos independentes. O local da entidade é bem estratégico, perto de UBS, Cras, academia
161 ao ar livre. Eles têm uma equipe boa. Tem terapeuta ocupacional, enfermeiro, motorista, cozinheiro,
162 cuidadores, etc. Conversaram por telefone com a coordenadora, Silvana. Questionaram sobre a contratação
163 de cuidadores. A entidade informou que estes cuidadores são técnicos e auxiliares de enfermagem. Estrutura
164 física já é adaptada, tem corrimão, barras e rampas (inclusão), pois o público anteriormente atendido já
165 necessitava destas adaptações. Tem um quarto só para isolamento de novos casos que chegam na entidade
166 (inclusão), e os quartos maiores ficaram com os idosos, para manter distanciamento. Articulam com a rede
167 de serviços, buscando documentação, benefícios, busca de familiares, etc. Também articulam com a rede
168 de saúde para consultas, CAPS, etc. Não tiveram nenhum caso de Covid. Não permitiram que as pessoas

169 acolhidas saíssem durante a pandemia, exceto para tratamento médico (inclusão). Estabeleceram normas
170 de convivência, por meio de (inclusão) assembleias. A maioria não tem benefício, somente 2 têm BPC.
171 Apresentaram toda a documentação na Vigilância Sanitária. A Comissão também fez contato com a
172 Vigilância, que confirmou que a entidade apresentou projeto arquitetônico para se adequar à ILPI. Denise
173 diz que a entidade tem expertise no atendimento de pessoas em situação de rua. Neste sentido, coloca para
174 a apreciação do CMDI a possibilidade de conceder um registro, pelo menos provisório, para o [REDACTED]
175 [REDACTED]. Dácio diz que faltaria ainda o alvará da Vigilância Sanitária. Denise diz que como ILPI
176 realmente ainda está em andamento, embora ela tenha alvará na área que já atendia. Ana Karina diz que o
177 projeto arquitetônico já está com a Vigilância que pediu algumas correções. Pede ao CMDI um registro
178 provisório para que a entidade possa participar dos editais que serão lançados. Dácio põe em votação o
179 registro provisório. Todos aprovam. Validade de 6 meses. Denise também fala da entidade [REDACTED]
180 que está pedindo registro como ILPI. Diz que na próxima reunião da Comissão vão finalizar as discussões
181 sobre esta entidade. Também vão analisar a [REDACTED] e [REDACTED]. Fernanda lembra que
182 mais alguns registro, atualmente em vigor, vão vencer e não será possível o Conselho realizar visitas
183 presenciais. Sobre os registros vencidos durante a pandemia, aprovada nova prorrogação de 06 meses. **8º**
184 **assunto da pauta - Outros informes, convites e assuntos:** Lúcio questiona se iremos ou não prorrogar o
185 mandato desde conselho em 06 meses. Acredita que seria necessário, em razão do prolongamento da
186 pandemia. Dácio fala da realização de uma conferência presencial ou virtual, se há condições e recursos
187 para isso. Propõe deixar a decisão sobre organizar a Conferência para daqui 3 meses. Todos aprovam. O
188 assunto volta na pauta de junho. Lígia pede para confirmar se terá reunião da Comissão de Fundo dia 17.
189 Sr. Dácio diz que irão entrar em contato com cada comissão com um calendário pronto. Mara tem um
190 informe da UEL. Diz que pretendem intensificar uma campanha para a comunidade fazer o máximo
191 possível de isolamento, pois se não diminuir a transmissibilidade do vírus, o HU não terá condições de
192 atender mais a população. Não há mais estrutura física, nem de pessoal, nem de insumos, para aumentar os
193 atendimentos. A transmissão da atual mutação do vírus é altíssima. Mara irá enviar ao WhatsApp do CMDI
194 vídeos da campanha e pede ajuda para divulgar. Sr. Dácio diz que as autoridades não estão tomando as
195 providências necessárias para este momento de colapso, ou seja, o lockdown, como feito em outros países.
196 E que está acontecendo um verdadeiro genocídio de pessoas idosas no país. Israel elogiou o atendimento
197 da vacinação que está sendo feito no CCI Norte. Não havendo nada mais a ser tratado, Dácio
198 agradece a participação de todos e a reunião foi encerrada às 11 horas e 32 minutos, sendo esta ata lavrada
199 e assinada pela secretária *ad hoc* Fernanda Serenário e pelo Presidente do CMDI.